



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais

A participação do Estado e ensino superior no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau

Arnaldo Sucuma¹

Resumo

Este artigo consiste num trabalho de pesquisa onde se propõe a estudar o processo de construção do Ensino Superior e sua relação com o Estado da Guiné-Bissau de 1974 a 2008. O trabalho tem como objetivo analisar os efeitos da institucionalização do Ensino Superior no desenvolvimento da Guiné-Bissau. A pesquisa aborda a relação do Estado com o Ensino Superior na Guiné-Bissau, discutindo fundamentalmente as possibilidades, dificuldades e desafios e possibilidades que existem no processo de institucionalização do ensino superior, buscando compreender o impacto deste processo no desenvolvimento socioeconômico e político da Guiné-Bissau após a sua independência política. O trabalho também procura fazer um breve resgate histórico sobre as primeiras universidades na África e nos países da África que fala português como a língua oficial. Nesta ordem de ideias, o estudo utilizou-se do método qualitativo, acompanhado de questionários semiestruturados implementados mediante as entrevistas realizadas na Guiné-Bissau, bibliografias ligadas ao Ensino Superior, documentos oficiais do Ministério da Educação guineense. Em termos de resultados, espera-se estimular e/ou provocar uma reflexão mais comprometida com a qualidade do Ensino Superior guineense a partir da pesquisa, extensão e ensino, que ajuda o ensino superior público a promover o desenvolvimento do país, como também torná-lo mais competitivo no âmbito da pesquisa e produção do conhecimento científico a nível sub-regional e internacional. Conclui-se que a Guiné-Bissau precisa construir um sistema do Ensino Superior capaz de dar respostas aos obstáculos que afetam o desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Guiné-Bissau. Ensino Superior. Estado. Conhecimento científico desenvolvimento.

Abstract

This article consists of a research work which aims to study the process of construction of the Higher Education and its relationship with the State of Guinea-Bissau. Objective The paper aims to analyze the effects of institutionalization of higher education in the development of Guinea-Bissau. The research addresses the relationship between the State and Higher Education in Guinea-Bissau, mainly discussing the possibilities, difficulties and challenges and possibilities that exist in the process of institutionalization of higher education, seeking to understand the impact of this process on the socioeconomic and political development of Guinea Bissau after its political independence. The article also seeks to give a brief historical review on the first universities in Africa and the African countries that speak Portuguese as the official language. Method The study used the qualitative method, followed by semi-structured

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco (CCSA/UFPE).

questionnaires implemented through the interviews in Guinea-Bissau, bibliographies related to Higher Education, official documents of the Ministry of education of Guinea-Bissau. Results In terms of results, it is expected to stimulate and or cause a more committed reflexion with the quality of higher education of Guinea-Bissau from the research, extension and education, which helps the public higher education to promote the country's development, as well as making it more competitive in the matter of research and production of scientific knowledge at the sub-regional and the international levels. Conclusion It has concluded that Guinea-Bissau needs to build a system of higher education capable of responding to the obstacles that affect the country's development.

Keywords: Guinea-Bissau. Higher education,. State. Knowledge scientific development.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo apresenta-se uma breve reflexão sobre o processo do nascimento e construção do Estado guineense. Como também o trabalho discute a questão do ensino superior na Guiné-Bissau após a sua independência política. Em termos metodológicos, a pesquisa de campo foi realizada em 2012 na Guiné-Bissau, onde foram realizadas diversas entrevistas, que foram feitas mediante uma solicitação autorizada pelos entrevistados, o que possibilitou a sua efetivação, e os entrevistados foram selecionados aleatoriamente entre as pessoas pré-selecionadas. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, em que a coleta de dados foi realizada mediante as técnicas de entrevistas semi-estruturadas. Foram utilizadas também fontes primárias e secundárias (ECO, 1984, p. 65).

2 O NASCIMENTO DO ESTADO MODERNO NA GUINÉ-BISSAU

2.1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO DA GUINÉ-BISSAU A PARTIR DE 1974 – 1994

A Guiné-Bissau é uma República com 36.125km², situada no continente africano, concretamente na costa ocidental da África, banhada pelo oceano atlântico. Faz fronteira ao norte com República do Senegal e ao sul com a República da Guiné Konakry, com uma população de 1.548.159 mil habitantes segundo o último recenseamento realizado pelo Instituto Nacional de Estatística e Censo (INEC) em 2009.

A discussão sobre Estado da Guiné-Bissau nos leva primeiramente a trazer para debate o conceito de estado que possui várias concepções, como também iremos incorporar no debate o conceito de instituição. A modernidade entrou trazendo o Estado de direito baseado na regulação de poderes por meio de normas que regulam a sociedade.

O Estado moderno evoluiu bastante ao ponto de conseguir levar direitos difusos nos termos da lei para a sociedade, como também a liberdade individual e de expressão. O grande desafio agora é trazer estes direitos para sua efetivação prática, que beneficie as pessoas.

Segundo Bobbio (1988)

O Estado de direito entende-se geralmente um Estado em que os poderes públicos são regulados por normas gerais (leis fundamentais ou constitucionais) e devem ser exercidos no âmbito das leis que os regulam, salvo o direito do cidadão de recorrer a um juiz independente para fazer com que seja reconhecido e refutado o abuso ou excesso de poder (BOBBIO, 1988, p. 18).

Entende-se por *Estado* o conjunto de instituições democráticas e permanentes que possuem suas autonomias. Enquanto que o *Governo* constitui um órgão de Estado encarregado de administrar o conjunto das instituições estatais, em caráter temporário.

Na segunda metade do século XX, Amílcar Cabral e outros companheiros fundaram o Partido Africano para independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). A partir do ano de 1963, verificou-se uma luta de guerrilhas entre os guerrilheiros do PAIGC e as tropas coloniais portuguesas, culminando com a vitória do PAIGC, numa proclamação da independência política no dia 24 de setembro de 1973, nas matas de Madina de Boé situada no leste da Guiné-Bissau. Após a revolução de 25 de abril de 1974, Portugal reconheceu oficialmente a independência da Guiné-Bissau. Em termos políticos, o Estado da Guiné-Bissau adotou o sistema político Semipresidencialismo. Neste sistema vigente, o Presidente da República e o Primeiro Ministro são eleitos pelo sufrágio universal e possuem poderes efetivos, ou seja, poder próprio apesar de serem eleitos, o Presidente tem mais poderes e pode demitir o Primeiro Ministro e dissolver o parlamento em caso de grave crise política. Após independência em 1973 até 1990 o país vivia num regime do partido único (PAIGC). Em 1991, o país entrou em multipartidarismo. Em 1994 foram realizadas eleições presidenciais e legislativas.

Os grandes acontecimentos políticos e econômicos que se verificou nos finais dos anos oitenta que marcou negativamente os países do leste europeu que eram principais parceiros de desenvolvimento da Guiné e de vários países da África, esta crise atingiu fortemente a Guiné. Diante desta crise o país foi obrigado a firmar novos acordos com

algumas agências multilaterais tais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional a fim de poder viabilizar seus projetos do desenvolvimento.

A ausência de uma democracia multipartidária no continente africano, e especificamente em Guiné-Bissau comprometia a credibilidade do país no plano internacional, esta situação estava cada vez mais insustentável, era necessário procurar caminhos viáveis para contornar o problema. A democracia multipartidária na Guiné-Bissau foi produto de um esforço coletivo da sociedade civil, partidos políticos, comunidade internacional. Mesmo entrando na democracia, o país não conseguiu construir uma estabilidade política duradoura. Golpes de estado são constantes.

2.2 A ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU

Na modernidade o processo educativo é centrado na produção de conhecimento científico. Este processo constitui uma prática de transmissão de conhecimentos entre as diferentes gerações. Segundo Émile Durkheim (1978)

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine (DURKHEIM, 1978, p. 41).

No processo da sua institucionalização, o ensino superior passou por várias fases, que teve início desde a Idade Média até os tempos modernos. Esse processo pode ser dividido, em linhas gerais, em quatro períodos de acordo a divisão feita por Trindade (1999)

O primeiro, do século XII até o Renascimento, é o período da invenção da Universidade em plena idade média. Neste período se constitui o modelo de universidade tradicional [...]. O segundo começa no século XV, época em que a universidade renascentista recebe o impacto das transformações comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico [...]. A partir do século XVII, marcado por descobertas científicas em vários campos do saber e do iluminismo do século XVIII, com a valorização da razão, do espírito crítico, da liberdade e tolerância religiosas e o início da revolução industrial inglesa, a universidade começa a institucionalizar a ciência numa transição para os modelos que se desenvolverão no século XIX. O quarto período, que institui a universidade moderna, começa no século XIX e se desdobra até os nossos dias, introduzindo uma nova relação entre Estado e universidade, permitindo que se configurem os principais padrões variantes das universidades atuais. (TRINDADE, 1999, p. 11).

Portanto, esta universidade que passou por todo este processo teve a sua construção dentro da sociedade, ou seja, a construção do ensino superior se dá graças à existência da sociedade.

Historicamente a África começou o processo de construção de suas instituições de ensino desde idade média, conforme consta nas literaturas africanas. Segundo Aklilu Habte e Teshome Wagaw em colaboração com J. F. Ade Ajayi, (1935)

As instituições de ensino superior formam o centro nervoso do processo de modernização na África. Elas igualmente representam a maior expressão na busca contínua pela renovação e pelo progresso, em respeito aos conhecimentos, as crenças e ao florescimento pessoal. Indubitavelmente, o número de indivíduos assim formados e diplomados e, em termos proporcionais, muito reduzidos, entretanto, o seu poder e a sua influência na sociedade são consideráveis. Portanto, não causa espécie que estes centros de ensino superior inspirem sentimentos entremeados de esperança, admiração, respeito, temor e desconfiança, junto a todos, jovens e idosos, e, particularmente, entre os homens políticos. O ensino superior não é fato inédito no continente africano. Presente no século XVI, a Universidade Sankore, estabelecida em Tombouctou, apresentava-se na qualidade de centro florescente de erudição e estudos, nos domínios do direito, da filosofia e da teologia. Outra instituição de comparável importância, a Universidade AL-Azhar, no Cairo, existe há mais de mil anos. Reputada originalmente pelo estudo da religião e do direito islâmicos, ela continua a funcionar nos dias atuais, modernizando-se e estendendo o seu campo de ação a outras disciplinas (AJAYI, 1935, p. 834).

Portanto, o processo de construção das instituições de ensino superior na África demonstra a permanente contribuição do continente na construção da ciência e da tecnologia na sociedade humana desde séculos passados até a modernidade contemporânea, através de excelentes trabalhos desenvolvidos pelos cientistas africanos.

Nos Países da Língua Oficial Portuguesa (PALOP), a institucionalização do ensino superior começou na década de 1960 até aos dias atuais. Em Angola, a Portugal inaugurou o ensino superior em 1962, e a primeira universidade pública em 1968 na cidade de Luanda, cuja designação inicial era universidade de Luanda. Tempos depois mudou para universidade de Angola e por fim Universidade Agostinho Neto. Posteriormente, a Igreja Católica criou também uma universidade em 1999. Em Moçambique, a primeira universidade foi criada pela Portugal em 1962, cuja designação era Estudos gerais Universitários de Moçambique, e posteriormente veio a ser chamada de Universidade Eduardo Mondlane em 1976. Na República de Cabo Verde, a primeira universidade foi criada depois da independência política, concretamente em 1995 com a designação da universidade de Cabo Verde. Em São Tomé e Príncipe a primeira

instituição de ensino superior foi criada em 1998, o Instituto superior politécnico. Podemos observar assim, o atraso com que o ensino superior chegou nas antigas colônias portuguesas. Enquanto que na Guiné-Bissau a construção do ensino superior universitário passou por várias etapas até a sua institucionalização em 1999, que só começou a funcionar em 2003, com designação da Universidade Amilcar Cabral.

A construção e evolução do ensino superior na Guiné-Bissau começaram de uma forma paulatina e em fases, através das escolas de formação profissional. A primeira delas foi a Escola Técnica vocacionada na área de formação industrial e outros.

De acordo o estudo de viabilidade da Universidade Amilcar Cabral – Volume Introdução

O único estabelecimento de formação profissional que país herdou depois da independência foi a Escola Técnica que passou a ser a Escola Vitorino Costa, Escola fundada nos meados dos anos 60, funcionou até 1979. A Escola Técnica formava principalmente nos domínios da indústria (serralharia, mecânica, eletricidade, etc.) do comércio (contabilidade e administração) e da agricultura (regentes agrícolas) (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2000, p. 4).

Nos finais dos anos 70 o governo começou a empreender várias iniciativas que visaram dotar o país das instituições de nível politécnico, superior e de pesquisa. A Escola Superior de Direito (ESD) criada em 1979 pelo Ministério da Justiça no âmbito de uma parceria entre Guiné-Bissau e Portugal, foi posteriormente transformada em Faculdade de Direito de Bissau (FDB) em 1990 e cuja primeira promoção de 11 licenciados aconteceu no ano letivo de 1993/94. Em 1986 criou se a Faculdade de Medicina, e entre outras faculdades (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2000, p. 4-7).

Nos finais dos anos 90, as autoridades guineenses começaram a reconhecer a necessidade de valorizar as capacidades nacionais no âmbito da formação e investigação. Nesta perspectiva começou a germinar a primeira reflexão sobre um projeto que visava instituir uma Universidade na Guiné desde os anos 80 até 90 proposto pelo Carlos Lopes, ex-Diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP).

A estrutura deste projeto se insere na criação de uma federação das instituições universitárias e para-universitárias existentes no país. Daí nasce a proposta da Universidade de Bissau (UNIBIS), quando em 1997 foi celebrado um protocolo de intenção entre o Ministério da Educação e a Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada, prevendo instalação da Lusíada em Bissau. Com a queda do governo de Manuel Saturnino Costa, o projeto foi paralisado (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2000, p. 2-7).

Em 1999, por intermédio do Governo da Unidade Nacional (GUN), foi criada a Universidade Lusófona Amilcar Cabral (ULAC) em parceria com a Universidade Lusófona, através de decretos-lei: 6/99 de 3/12/99 que institui ULAC e 16/99 de 3/12/99 instituindo a Comissão Instaladora da ULAC. Após muita discussão a comissão instaladora da universidade decidiu suprimir a sigla Lusófona, passando a ser denominada doravante Universidade Amilcar Cabral.

As instituições do ensino superior recenseadas no país no ano letivo 2007/2008, compreendem 11 estabelecimentos, dos quais 05 Universidades (Direção Geral dos Estudos Planificação e Avaliação do Sistema Educativo (DGEPASE) 2009).

A falta de medidas estruturantes que pudessem garantir o melhor funcionamento consistente da universidade e do engajamento do governo em avaliar rigorosamente o funcionamento de acordo com a Lusófona acabou por gerar uma crise institucional da UAC, que motivou a suspensão do acordo. Segundo Tcherno Djaló – Ex- Reitor da UAC:

A Lusófona retirou do acordo porque o governo da Guiné-Bissau não estava cumprindo com suas obrigações. Por isso, a Lusófona pediu a suspensão do acordo celebrado com a UAC até quando o governo estiver em condições. Depois deste impasse decidiu-se criar a Universidade Lusófona da Guiné (ULG) para dar continuidade aos trabalhos da UAC permitindo que os alunos terminassem seus estudos. Em maio de 2011 a ULG entregou 349 diplomas de licenciatura (entrevista realizada em 31 de Março de 2012, Bissau).

O contexto acima nos permite perceber a fragilidade política e financeira do governo guineense no que tange ao cumprimento do acordo ora suspenso. Não havia também bolsa de estudo interno para os alunos. Na fala de um dos alunos entrevistado:

Existiam muitos estudantes universitários que solicitam bolsa de estudo à universidade, porque não tinham condições de custear seus estudos, mas infelizmente a universidade não concedeu bolsa para eles alegando falta de condições financeiras (entrevista realizada em 23 de Maio de 2012, Bissau).

Numa gestão compartilhada, no âmbito de uma parceria público-privada ligada ao ensino superior, às vezes é difícil para o Governo incluir todas as demandas públicas dos cidadãos ou dos atores políticos envolvidos no processo. Mesmo assim, os interesses da sociedade devem estar acima dos interesses individuais corporativos.

Na Guiné-Bissau o ensino construído pós-independência está organizado da seguinte forma, conforme cita o então Comissário de Educação da Guiné – Senhor Mário Cabral:

O nosso ensino, diz Mário Cabral, será dividido em três níveis: Ensino Básico, de seis anos, com dois ciclos: um de quatro, o outro de dois anos. Ensino Polivalente, de três anos. Ensino Médio Politécnico, que, variando de acordo com as próprias exigências da formação média, terá uma duração nunca inferior a dois ou três anos (FREIRE, 1978, p. 45).

Portanto, após independência o país se esforçava em construir um ensino de básico e secundário de qualidade, apesar de todas as dificuldades econômicas e de recursos humanos que havia naquele momento. A partir da segunda metade dos anos 1980 o ensino guineense começou a se degradar aos poucos em termos de qualidade e de acesso. Esta degradação tem haver com fraco investimento no setor educativo, bem como ausência de qualificação permanente dos professores.

A partir dos finais dos anos 90 até 2002 houve um razoável avanço de acesso à educação por parte da população em relação ao período anterior à independência até década de 1970. Segundo dados apresentados no plano nacional de ação Educação Para Todos (EPT) (2003):

A evolução do sistema apresenta evoluções importantes de 1997/98 a 1999/2000 relativo aos principais indicadores com a taxa bruta de escolarização do Ensino Básico (EB, 6 anos de escolaridade) que passou de 57,8% para 69,4%. As estimativas baseadas nos dados preliminares das escolas públicas apontam para uma taxa bruta de escolarização de 75% no EB em 2001-2002 que em parte se deve às medidas de gratuidade escolar, à distribuição gratuita de alimentos às raparigas e da implementação de cantinas escolares (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2003, p. 7).

Entretanto, há muito ainda que fazer no que se refere à qualidade de educação no nosso ensino como um todo. Segundo os dados do Banco Mundial (2009)

No setor de educação, apesar dos consideráveis progressos na cobertura escolar nos últimos anos, o país está longe de alcançar a meta do ensino primário universal. Seis em cada dez crianças que entram na primeira classe não conseguem concluir o ensino básico. Muitos dos que terminam o ensino básico continuam analfabetos devido à fraca qualidade do ensino que recebem. A disparidade de gênero tem diminuído gradualmente, mas ainda existem disparidades entre grupos sócio-econômicos. (BANCO MUNDIAL, 2009, p. 30).

Tabela 1 – Os objetivos do desenvolvimento do milênio (OMD) em educação e saúde na Guiné Bissau

OMDs em educação	Metas dos OMD (2015)	Situação atual da Guiné-Bissau
Ensino primário universal	100%	42%
Paridade de gênero no ensino primário (relação rapaz/rapariga)	1:1	0.9
Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos)	47	138
Mortalidade antes dos 5 anos (por 1.000 nados vivos)	80	223
Mortalidade materna (por 100.000 nascidos vivos)	229	800
Estimativa de prevalência de VIH/SIDA	5.9	8.7

Fonte: Ministério da Educação e MICS 3

A tabela supracitada ilustra a grande deficiência que existe no sistema de saúde e de educação da Guiné-Bissau. Apesar dos esforços do governo no sentido de ampliar a participação de mulheres na escola, as mulheres ainda são penalizadas em termos de acesso a escola, fato que precisa ser revertido por meio de políticas de inclusão feminina nas escolas. Os dados da saúde revelam uma grande preocupação em relação à mortalidade infantil e a prevalência de VIH/SIDA, que tem aumentado bastante a partir do ano 2000 em todo território nacional. Neste sentido, é necessário que haja ações planejadas e coordenadas entre o governo e organizações não governamentais nacionais e internacionais que trabalham na área de saúde, com a finalidade de enfrentar este dilema no campo da saúde.

Tabela 2 – Indicadores sociais entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde

Taxa de mortalidade materna (estimado por 100.000 nascidos)	
Países	2010
Guiné-Bissau	790
Cabo-Verde	79

Do ponto de vista do Banco Mundial (2012) a taxa de mortalidade materna é o numero de mulheres que morrem durante a gravidez no ato do parto, por 100.000

nascidos vivos. Os dados são estimados com um modelo de regressão utilizando sobre fertilidade, parteiras e a prevalência do HIV.

Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos)			
Países	2009	2010	2011
Guiné-Bissau	100	99	98
Cabo-Verde	20	19	18

Na visão do Banco Mundial (2012) a taxa de mortalidade infantil é o número de crianças que morrem antes de completar um ano de idade, por mil nascidos vivos em um período determinado de um ano.

A expectativa de vida ao nascer, do sexo feminino e masculino (anos)				
	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino
Países	2010	2011	2010	2011
Guiné-Bissau	49	50	46	47
Cabo-Verde	78	78	70	70

O Banco Mundial (2012) afirma que a expectativa de vida ao nascer dos sexos masculino e feminino indica o número de anos que um recém-nascido viveria se os padrões de mortalidade no momento de seu nascimento forma para permanecer o mesmo ao longo da sua vida.

Total da população				
	2008	2009	2010	2011
Guiné-Bissau	1.453.757	1.484.120	1.515.224	1.547.061
Cabo-verde	487.371	497.621	495.999	500.585

População total refere-se ao total da população.

Despesa total em saúde sobre o PIB dos países.				
	2007	2008	2009	2010
Guiné-Bissau	5,7	5,7	8,6	8,5
Cabo-verde	4,6	4,4	3,9	4,1

Segundo o Banco Mundial (2012) despesa total em saúde é soma das despesas de saúde pública e privada. Ele abrange a prestação de serviços de saúde (preventivos e curativos), atividades de planejamento familiar, nutrição, e ajuda de emergência designados para a saúde, mas não inclui o fornecimento de água e saneamento.

Crianças do sexo feminino e masculino fora da escola				
	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino
Países	2009	2010	2009	2010
Guiné-Bissau	-	30.200	-	26.440
Cabo-verde	2694	2464	1838	1771

De acordo com o Banco Mundial (2012) as crianças do sexo masculino e feminino fora da escola é o número total de pessoas de escola primaria em idade de crianças que não estão matriculadas em qualquer escola primaria ou secundaria.

Taxa de alfabetização de jovens do sexo feminino e masculino (% de mulheres e homens de 15-24 anos)				
	Feminino	Masculino	Total	Total do gasto público em educação sobre o % do PIB
Países	2009	2009	2009	2009
Guiné-Bissau	64	78	71	5,2
Cabo-verde	99	97	98	5,6

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Banco Mundial, 2012.

Para Banco Mundial (2012) a taxa de alfabetização de jovens (15-24 anos em %), ou seja, é o total de número de pessoas de 15 a 24 anos que podem ler e escrever com compreensão uma declaração curta e simples em sua vida cotidiana, dividido pela população nessa faixa etária. Geralmente, “alfabetização” também abrange “aritmética”, a capacidade de fazer cálculos aritméticos simples.

Esta tabela evidencia de forma objetiva as condições de saúde e educacional que existe nos dois países que possuem uma história comum da independência política, situados na mesma região geográfica.

A partir desta tabela é possível constatar que em matéria de mortalidade maternal, mortalidade infantil, expectativa de vida ao nascer, crianças femininas e masculinas fora da escola e a taxa de alfabetização, a Guiné-Bissau possui um desempenho muito fraco em relação a Cabo Verde. Fato que a Guiné precisa reverter em longo prazo através de mobilização de fundos a nível interno e externo para financiar projetos de saúde e educação, desenvolver um plano estratégico de ação que permitam melhorar a situação precária de saúde e educação, acompanhada de uma gestão transparente de recursos destinados para melhorar os indicadores sociais supracitados.

O estudo de viabilidade permitiu que a UAC fosse estruturada de forma abrangente, permitindo albergar os cursos que seriam muito importantes para o país e que atendam as demandas da sociedade em geral e se enquadrem dentro da vocação ou potencialidades que o país possui.

Não obstante, houve lacunas no campo operacional em relação ao funcionamento de alguns cursos propostos para funcionar que não chegaram de funcionar, tais como Instituto Superior de Ciências e Tecnologia; Instituto Superior de Ciências Agrárias e Veterinárias; Escola Nacional Superior de Artes e Ofícios. Estes cursos constituem áreas fundamentais para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, sobretudo na área agrícola, visto que o país tem um vasto potencial no âmbito agrícola e na criação de animais. Segundo Tchernó Djaló primeiro e ex-Reitor da UAC:

Nunca foi explicitamente assumida a vontade política para viabilizar o projeto de ensino superior por parte da classe política. A ideia de federação das instituições de formação que já existiam no país dentro da UAC e criação de algumas novas instituições de ensino superior proposta no estudo não chegou a funcionar por falta da vontade política (entrevista realizada em 31 de Março de 2012, Bissau).

Neste sentido é possível perceber a causa que motivou o não funcionamento das instituições supracitadas e de um funcionamento pleno da proposta da federação das instituições do ensino que já existiam antes da criação da UAC. Ou seja, o impasse foi motivado pela falta de vontade política do governo e da classe política em geral que não se empenhou suficientemente na defesa de um ensino superior a serviço da sociedade guineense.

A Universidade Amílcar Cabral (UAC), no seu primeiro ano começou a funcionar com 1244 alunos no curso Pré-universitário em 2003/2004. Os alunos da UAC têm a obrigação de pagar mensalidade, que garanta a sua permanência na instituição, que era

no valor de 10.000 Fcfa quando a universidade iniciou seu funcionamento em 2003/2004. Na época da colonização esta moeda significava Franco de Colônia Francesa Africana). 10.000 Fcfa correspondem aproximadamente USD 24 dólares americano, equivalente a R\$ 49, 36, podendo variar de acordo com o câmbio. Vale ressaltar que o piso máximo do câmbio de dólar para Fcfa estipulado pela União Econômica Monetária Oeste Africana/UEMOA (Uma organização sub-regional que regula a moeda e política monetária) é: USD 1 dólar americano = 475 Fcfa, segundo site perspectivas econômicas na África/PEA. Nas declarações do então Reitor da UAC, Tchernó Djaló:

O orçamento da UAC era composto por propinas mais o complemento inscrito no Orçamento Geral do Estado (OGE). Com o dinheiro vindo das propinas pagas pelos alunos serve para cobrir uma parte do custo de funcionamento da universidade comprando consumíveis (resmas, combustível e outros), pagamento dos funcionários administrativos e professores. Esta ação dos alunos demonstra uma consciência participativa no destino da UAC (entrevista realizada em 31 de Março de 2012, Bissau).

Uma das grandes dificuldades da maioria dos alunos da universidade está no pagamento da mensalidade, visto que os encarregados de educação dos alunos são funcionários do Estado que possuem um piso salarial muito baixo e insuficiente para cobrir as despesas alimentares, saúde e educação, onde ainda são descontados neste baixo salário são descontados os impostos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos de resultados finais, o Estado Bissau Guineense é uma instituição em construção, sua evolução dependerá muito do direcionamento das forças sociais e políticas envolvidas no processo. Ficou também evidente a questão da criação de uma universidade pública do estado guineense; Promover bolsa de estudo interno; oferecer ao professor universitário um salário aproximado ou igual ao que se paga nas universidades dos países da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental); Criação de uma Fundação de Apoio a Pesquisa; provocar uma reflexão comprometida com a qualidade do Ensino Superior a partir da pesquisa, extensão e ensino, que ajuda o ensino superior público a promover o desenvolvimento, torná-lo competitivo na produção do conhecimento científico a nível sub-regional e internacional.

5 REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Com um estudo da obra de Durkheim, pelo Prof. Paul Fauconnet. Tradução do Prof. Lourenço Filho. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1984.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HABTE, Aklilu; TESHOME, Wagaw; AJAYI, J. F. Ade (Col.). Educação e mudança social. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Eds.). **História geral da África**, VIII: África desde 1935. Brasília (DF): UNESCO, 2010.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério da Educação. **Universidade Amilcar Cabral**: Educar, Desenvolver e Promover – Introdução (Estudo de Viabilidade). 2000.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério da Educação. **Arquivo da DGEPASE**. Bissau, 2007-2011.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Ação**: educação para todos. Fev. 2003.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Revisão dos setores sociais**. Estudo financiado pelo Banco Mundial. Desenvolvimento Humano II, Região da África. Documento No. 444427 – GW. Bissau, 15 jan. 2009.

TRINDADE, Hélio. **Universidade ciência e Estado**. In. TRINDADE, Hélio (Org.). **Universidade em Ruínas na República dos Professores**. Editora Vozes. Petrópolis – Rio de Janeiro / Rio Grande do Sul: CIPEDES, 1999.